



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PREGÃO SRP Nº 05/2021

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23086.001000/2021-62)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de água mineral, gás liquefeito de petróleo, animais vivos, insumos de nutrição animal e insumos agrícolas para utilização na Fazenda Experimental JK, Fazenda Experimental do Moura, Fazenda Experimental Rio Manso, Fazenda Experimental Santa Paula e Assessoria de Meio Ambiente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	QTD MINIMA PARA ENTREGA	VL UNIT	VL TOTAL
1	445485	ÁGUA MINERAL POTÁVEL, SEM GÁS, ENVASADA EM GARRAFÕES DE 20 (VINTE) LITROS, LACRADOS, FABRICADOS EM POLICARBONATO - PC OU EM POLIETILENO TEREFTALATO - PET DE ÓTIMA QUALIDADE, RETORNÁVEIS, SUPER TRANSPARENTE, RESISTENTES A IMPACTO, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS POR RÓTULO DO PRODUTO E HIGIENIZADOS. EM ACORDO COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS DO SETOR DE ÁGUA MINERAL. FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – FAZENDA EXPERIMENTAL DO MOURA - CURVELO/MG.	GALÃO	300	30	R\$ 14,92	R\$ 4.476,00
2	461517	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – FAZENDA EXPERIMENTAL DO MOURA - CURVELO/MG	BOTIJÃO	24	2	R\$ 101,00	R\$ 2.424,00
3	150364	VACINA BIVALENTE, INATIVADA, CONTENDO OS VÍRUS O1 CAMPOS E A24 CRUZEIRO DA FEBRE AFTOSA, SEM SAPONINA EM SUA FÓRMULA, DOSE 2ML PARA BOVINOS E BUBALINOS	DOSE	60	30	R\$ 2,52	R\$ 151,20
4	150364	VACINA, TIPO VIVA LIOFILIZADA CONTRA DOENÇA DE GUMBORO, COMPOSIÇÃO CEPA	UNIDADE	2	2	R\$ 58,33	R\$ 116,66

		INTERMEDIÁRIA - WINTERFIELD 2512, APLICAÇÃO P/ AVES. FRASCO COM 1000 DOSES					
5	150364	VACINA INATIVADA CONTRA DOENÇA DE NEWCASTLE, SÍNDROME DE QUEDA DE POSTURA EDS-76, BRONQUITE INFECCIOSA DAS AVES E CORIZA INFECCIOSA DAS AVES SOROTIPOS A (221), B (222) E C (MODESTO) E SÍNDROME DA CABEÇA INCHADA. FRASCO COM 1000 DOSES	FRASCO	2	2	R\$ 871,33	R\$ 1.742,66
6	150364	VACINA INATIVADA CONTRA A ARTRITE VIRAL AVIÁRIA INATIVADA E MICROEMULSIONADA. FRASCO COM 1000 DOSES	FRASCO	2	2	R\$ 95,67	R\$ 191,34
7	462470	VACINA TIPO INATIVADA COMPOSIÇÃO: VIRÚS DA INFLUENZA EQUINA (CEPAS VARIADAS). OUTROS COMPONENTES: VIRÚS ENCIFALOMIELITE EQUINA (LESTE E OESTE). COMPONENTES ADICIONAIS: HERPES VÍRUS EQUINO (TIPO 1 E 4). TOXIÓIDE TETÂNICO. FORMA FARMACEUTICA: SUSPENSÃO INJETÁVEL. USO VETERINÁRIO. FRASCO COM 2 ML.	FRASCO- AMPOLA	14	14	R\$ 56,33	R\$ 788,62
8	150621	PINTINHOS HÍBRIDOS, DE UM DIA, SEXADOS, DESTINADAS AO CORTE, DA LINHAGEM COBB OU SIMILAR, ORIUNDAS DE INCUBATÓRIO IDONEO, VACINADOS CONTRA DOENÇA DE MAREK E GUMBORO, COM FICHA DE ACOMPANHAMENTO NA ENTREGA, LIVRES DE SALMONELAS E MYCOPLASMAS, ACOMPANHADOS DE CERTIFICADO SANITÁRIO DO MAPA, QUE ATENDA AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NAS NORMATIVAS SANITÁRIAS VIGENTES E COM PESO ENTRE 42 E 48 GRAMAS CADA AVE.	UN	400	200	R\$ 4,88	R\$ 1.952,00
9	451523	FRANGAS DE POSTURA COMERCIAL. FRANGAS PARA POSTURA DE LINHAGEM HÍBRIDA COMERCIAL VERMELHA. IDADE: 90 A 120 DIAS. LINHAGEM HISEX BROWN, HY-LINE BROWN, ISA BROWN, DEKALB BROWN, NOVAGEM BROWN, EMBRAPA 051 OU SIMILAR. AVES ORIUNDAS DE INCUBATÓRIO IDONEO, COM MAIS DE 90% DE UNIFORMIDADE,	UNIDADE	200	200	R\$ 44,97	R\$ 8.994,00

		VACINADAS CONTRA MAREK E BOUBA AVIÁRIA COM FICHA DE ACOMPANHAMENTO NA ENTREGA, LIVRES DE SALMONELAS E MYCOPLASMAS E QUE A GRANJA MATRIZEIRA ATENDA AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NAS NORMATIVAS SANITÁRIAS VIGENTES, REALIZANDO O MONITORAMENTO SANITÁRIO CONFORME O PNSA. APLICAÇÃO: PESQUISA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INÍCIO DE POSTURA. AS AVES DEVEM VIR DEBICADAS PREVIAMENTE DE FORMA MODERADA (REMOVE-SE 1/2 PARTE SUPERIOR DO BICO E 1/3 DA PARTE INFERIOR). A PRIMEIRA DEBICAGEM DEVE OCORRER ENTRE O 7º E O 10º DIA DE IDADE E O BICO DEVE SER CORTADO A UMA DISTÂNCIA DE 2 MM DA NARINA. HAVENDO NECESSIDADE DE UMA SEGUNDA DEBICAGEM, ESTA PODERÁ OCORRER ENTRE A 9ª E 11ª SEMANAS. PREFERENCIALMENTE A DEBICAGEM DEVE SER REALIZADA POR MEIO DE RADIAÇÃO INFRAVERMELHA. LIVRES DE MICRORGANISMOS QUE CONSTAM NO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA - PNSA.					
10	218286	FARELO DE TRIGO, SACARIA DE 1º USO (NOVA), UMIDADE MÁXIMA DE 12%. MÍNIMO 14% DE PROTEÍNA BRUTA. NO MOMENTO DA ENTREGA, O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 80% DO PRAZO TOTAL. SACO DE 30 KG	SACO DE 30 KG	156	156	R\$ 59,00	R\$ 9.204,00
11	241543	MILHO, TIPO GRÃO, APLICAÇÃO ALIMENTO PARA ANIMAIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UMIDADE MÁXIMA DE 13,00% E SEM PRESENÇA DE INSETOS. SACO DE 50 KG.	SACO DE 50 KG	116	116	R\$ 91,33	R\$ 10.594,28
12	23159	FARELO DE SOJA, MÍNIMO 45% DE PROTEÍNA BRUTA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MOÍDO E ENSACADO. SACARIA DE 1º USO (NOVA), UMIDADE MÁXIMA DE 12%. NO MOMENTO DA ENTREGA, O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PRAZO DE	SACO DE 50 KG	66	66	R\$ 188,33	R\$ 12.429,78

		VALIDADE SUPERIOR A 80% DO PRAZO TOTAL. SACO COM 50 KG.					
13	252688	FERTILIZANTE NPK 08-28-16 + ZN, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, TIPO MISTURA GRANULADA. SACO DE 50 KG. REGISTRO MAPA	SACO	90	90	R\$ 217,33	R\$ 19.559,70
14	388588	SEMENTE DE SORGO FORRAGEIRO, COM POTENCIAL DE REBROTA, ADAPTADO AS CONDIÇÕES DE CLIMA QUENTE E SECO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SEMENTES DE SAFRA RECENTE (COLHIDA NO ANO ANTERIOR OU NO ANO CORRENTE), GERMINAÇÃO MÍNIMA DE 80 %, PUREZA MÍNIMA DE 98 %. EMBALAGEM 10 KG.	EMBALAGEM	5	5	R\$ 258,33	R\$ 1.291,65
15	436959	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO HIDROSOLÚVEL FORMULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SULFATO DE CÁLCIO DIHIDRATADO (CASO4.2H2O), GESSO AGRÍCOLA - KG	QUILOGRAMA	19000	1050	R\$ 0,27	R\$ 5.130,00
16	74381	CASCA DE ARROZ TRITURADA OU MARAVALHA (SERRAGEM) DE PINUS OU EUCALIPTO, PADRONIZADA, NOVA, INODORA, GRANULOMETRIA VARIADA ENTRE 2 E 7 MM, UMIDADE EM TORNO DE 12%. LIVRE DE RESÍDUOS QUÍMICOS E CONTAMINANTES, TOTAL CONTROLE DE ECTOPARASITAS. ISENTA DE PÓ DE SERRAGEM, RESTOS DE MADEIRAS, TOCOS, FARPAS METÁLICAS OU QUALQUER OUTRO OBJETO. MATERIAL UTILIZADO COMO CAMA DE FRANGO. APRESENTAÇÃO: A GRANEL OU ENSACADA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: TONELADA.	UNIDADE	70	10	R\$ 956,00	R\$ 66.920,00
TOTAL							R\$ 145.965,89

1.2. **Para os itens que possuírem valor total estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 8º do Decreto no 8.538/2015.**

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a

cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4 do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.6. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir da homologação do pregão. Data da homologação 06 de maio de 2021, vigência no novo processo até 05/05/2022.

1.7. Os itens discriminados acima foram incluídos no PAC/2021, de acordo com o disposto no art. 5º, alínea I a IX, da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.8. Para os critérios de sustentabilidade, estabelecidos na IN SLTI MPOG Nº 1 19/10/2010, devem ser considerados produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

1.8.1. Não haverá impactos ambientais para os itens de consumo que se pretende adquirir. Os resíduos destes itens serão acondicionados em recipiente e local adequados e posteriormente recolhidos pela empresa contratada pela UFVJM que faz o descarte correto destes resíduos sob a gestão da Assessoria de Meio Ambiente. Geralmente as coletas ocorrem quinzenalmente, e/ou programada, de acordo com a demanda.

1.8.2. Os resíduos orgânicos gerados na criação animal, como restos de alimentos, cama de frango, carcaças de animais e outros serão destinados à compostagem e posteriormente destinados à adubação de áreas da UFVJM.

1.8.3. Em relação aos defensivos agrícolas, estes serão utilizados segundo recomendação do fabricante e com acompanhamento de um servidor da área técnica pertencente ao quadro de pessoal da UFVJM. Já as embalagens vazias dos defensivos agrícolas serão entregues na unidade de recolhimento e processamento do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias(InPEV) de Montes Claros seguindo a LEI No 9.974, DE 6 DE JUNHO DE 2000 e a LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

1.9. Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

2. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) será divulgada, conforme preconiza o art. 4º do Decreto no 7.892/2013.

2.1.1. Havendo manifestação de interesse de outros órgãos e entidades em participar da IRP serão adotados os seguintes critérios para a análise e aceitabilidade:

2.1.1.1. serão aceitos, no máximo, 2 (dois) órgãos ou entidades participantes na IRP. Caso haja manifestação de um número maior de órgãos, a aceitabilidade de participação levará em consideração a ordem cronológica de registro da manifestação no sistema eletrônico;

2.1.1.2. serão aceitas, por órgão, as quantidades de, no máximo, o dobro do quantitativo registrado pelo órgão gerenciador, desde que a consolidação dos quantitativos do órgão gerenciador somados aos quantitativos de todos os órgãos participantes não implique na criação de reserva de cota de que trata o art. 8º do Decreto no 8.538/2015;

2.1.1.3. somente serão aceitas manifestações de órgãos ou entidades localizados na região sudeste do país, em função dos custos logísticos e/ou fiscais e de características regionais;

2.1.2. Os órgãos e entidades que atenderem aos critérios acima serão contactados pelo órgão gerenciador para enviar a Declaração de cumprimento das obrigações do órgão participante e a Declaração de concordância com o Termo de Referência Consolidado.

2.1.3. Serão recusadas as manifestações de interesse que:

2.1.3.1. não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos para aceitabilidade;

2.1.3.2. para as quais o participante informe valor unitário diverso do valor unitário registrado pelo órgão gerenciador;

2.1.3.3. nos casos em que os outros órgãos e entidades não apresentem os documentos solicitados pelo órgão gerenciador ou os apresentarem fora do prazo ou meios estabelecidos.

2.1.4. Não será aceita, em nenhuma hipótese, a inclusão de novos itens;

2.1.5. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP;

2.1.6. As manifestações de interesse que estejam de acordo com os critérios estabelecidos serão aceitas por este órgão gerenciador e figurarão como participantes deste Registro de Preços;

2.1.7. Os critérios acima foram elaborados considerando a capacidade operacional, gerencial e a mão-de-obra disponível atualmente no órgão gerenciador para operacionalização das aquisições e serão aplicados ao presente certame.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto nº 10.024 de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Para os itens água mineral e gás GLP:

6.1.1. O prazo de entrega dos bens é de até 02 dias corridos a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, no seguinte endereço: Rodovia LMG 754 - Rodovia dos Cristais, km 07, S/N, Sentido Cordisburgo. CEP: 35790-000, das 8h:00 às 11h30 e das 13h:00 às 16h30 horas, em dias úteis.

6.2. Para os demais itens:

6.2.1. O prazo de entrega dos bens é de até 15 dias corridos para produtos nacionais e no máximo 30 dias corridos para produtos importados, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, nos seguintes endereços e condições:

- Diamantina/MG: Divisão de Fazendas/UFVJM, Campus JK na cidade de Diamantina(MG), situada na Rodovia MGT 367 KM 583 nº 5000 Alto da Jacuba
- Unai/MG: Fazenda Experimental Santa Paula/UFVJM, Campus Unai na cidade de Unai(MG), situada na Avenida Universitária, nº 1.000, Universitários CEP 38610-000
- Curvelo/MG: Fazenda Experimental do Moura/UFVJM, na cidade de Curvelo(MG) situada na Rodovia LMG 754 - Rodovia dos Cristais s/n, km 07, Zona Rural - Sentido Cordisburgo, acesso em frente ao Clube da Prefeitura, CEP: 35790-000
- Couto de Magalhães de Minas/MG: Fazenda Experimental Rio Manso/UFVJM na cidade de Couto de Magalhães de Minas(MG), situada na Rodovia MGT 367, s/n - Acesso da Escola Estadual "Jerônimo Pontello", Estrada Vicinal sentido Comunidade de Abóboras - km 01 CEP: 39188-000

ITEM	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade Total	Diamantina/MG	Unai/MG	Curvelo/MG	Couto de Magalhães de Minas/MG
1	ÁGUA MINERAL POTÁVEL, SEM GÁS, ENVASADA EM GARRAÇÕES DE 20 (VINTE) LITROS, LACRADOS, FABRICADOS EM POLICARBONATO - PC	GALÃO	300	0	0	300	0

	OU EM POLIETILENO TEREFTALATO - PET DE ÓTIMA QUALIDADE, RETORNÁVEIS, SUPER TRANSPARENTE, RESISTENTES A IMPACTO, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS POR RÓTULO DO PRODUTO E HIGIENIZADOS. EM ACORDO COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS DO SETOR DE ÁGUA MINERAL. FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – FAZENDA EXPERIMENTAL DO MOURA - CURVELO/MG.						
2	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, GAS ENGARRAFADO (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG FORNECIMENTO PARCELADO LOCAL DE ENTREGA – FAZENDA EXPERIMENTAL DO MOURA - CURVELO/MG	BOTIJÃO	24	0	0	24	0
3	VACINA BIVALENTE, INATIVADA, CONTENDO OS VÍRUS O1 CAMPOS E A24 CRUZEIRO DA FEBRE AFTOSA, SEM SAPONINA EM SUA FÓRMULA, DOSE 2ML PARA BOVINOS E BUBALINOS	DOSE	60	60	0	0	0
4	VACINA, TIPO VIVA LIOFILIZADA CONTRA DOENÇA DE GUMBORO, COMPOSIÇÃO CEPA INTERMEDIÁRIA - WINTERFIELD 2512, APLICAÇÃO P/ AVES. FRASCO COM 1000 DOSES	UNIDADE	4	4	0	0	0
5	VACINA INATIVADA CONTRA DOENÇA DE NEWCASTLE, SÍNDROME DE QUEDA DE POSTURA EDS-76, BRONQUITE	FRASCO	2	2	0	0	0

	INFECCIOSA DAS AVES E CORIZA INFECCIOSA DAS AVES SOROTIPOS A (221), B (222) E C (MODESTO) E SÍNDROME DA CABEÇA INCHADA. FRASCO COM 1000 DOSES						
6	VACINA INATIVADA CONTRA A ARTRITE VIRAL AVIÁRIA INATIVADA E MICROEMULSIONADA. FRASCO COM 1000 DOSES	FRASCO	2	2	0	0	0
7	Vacina tipo inativada composição: vírus da influenza equina (cepas variadas). Outros componentes: vírus encfalomielite equina (leste e oeste). Componentes adicionais: herpes vírus equino (tipo 1 e 4). Toxióide tetânico. Forma farmacêutica: suspensão injetável. Uso veterinário. FRASCO COM 2 ML.	FRASCO-AMPOLA	14	0	14	0	0
8	PINTINHOS HÍBRIDOS, DE UM DIA, SEXADOS, DESTINADAS AO CORTE, DA LINHAGEM COBB OU SIMILAR, ORIUNDAS DE INCUBATÓRIO IDONEO, VACINADOS CONTRA DOENÇA DE MAREK E GUMBORO, COM FICHA DE ACOMPANHAMENTO NA ENTREGA, LIVRES DE SALMONELAS E MYCOPLASMAS, ACOMPANHADOS DE CERTIFICADO SANITÁRIO DO MAPA, QUE ATENDA AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NAS NORMATIVAS SANITÁRIAS VIGENTES E COM PESO ENTRE 42 E 48 GRAMAS CADA AVE.	UN	400	400	0	0	0
9	FRANGAS DE	UN	200	200	0	0	0

POSTURA COMERCIAL.
FRANGAS PARA
POSTURA DE
LINHAGEM HÍBRIDA
COMERCIAL
VERMELHA. IDADE: 90
A 120 DIAS.
LINHAGEM HISEX
BROWN, HY-LINE
BROWN, ISA BROWN,
DEKALB BROWN,
NOVAGEM BROWN,
EMBRAPA 051 OU
SIMILAR. AVES
ORIUNDAS DE
INCUBATÓRIO
IDONEO, COM MAIS
DE 90% DE
UNIFORMIDADE,
VACINADAS CONTRA
MAREK E BOUBA
AVIÁRIA COM FICHA
DE
ACOMPANHAMENTO
NA ENTREGA, LIVRES
DE SALMONELAS E
MYCOPLASMAS E QUE
A GRANJA MATRIZEIRA
ATENDA AS
EXIGÊNCIAS
ESTABELECIDAS NAS
NORMATIVAS
SANITÁRIAS VIGENTES,
REALIZANDO O
MONITORAMENTO
SANITÁRIO
CONFORME O PNSA.
APLICAÇÃO:
PESQUISA.
CARACTERÍSTICAS
ADICIONAIS: INÍCIO DE
POSTURA. AS AVES
DEVEM VIR
DEBICADAS
PREVIAMENTE DE
FORMA MODERADA
(REMOVE-SE 1/2
PARTE SUPERIOR DO
BICO E 1/3 DA PARTE
INFERIOR). A
PRIMEIRA DEBICAGEM
DEVE OCORRER ENTRE
O 7º E O 10º DIA DE
IDADE E O BICO DEVE
SER CORTADO A UMA
DISTÂNCIA DE 2 MM
DA NARINA. HAVENDO
NECESSIDADE DE UMA
SEGUNDA

	DEBICAGEM, ESTA PODERÁ OCORRER ENTRE A 9ª E 11ª SEMANAS. PREFERENCIALMENTE A DEBICAGEM DEVE SER REALIZADA POR MEIO DE RADIAÇÃO INFRATERMELHA. LIVRES DE MICRORGANISMOS QUE CONSTAM NO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA - PNSA.						
10	FARELO DE TRIGO, SACARIA DE 1º USO (NOVA), UMIDADE MÁXIMA DE 12%. MÍNIMO 14% DE PROTEÍNA BRUTA. NO MOMENTO DA ENTREGA, O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 80% DO PRAZO TOTAL. SACO DE 30 KG	SACO DE 30 KG	156	25	0	131	0
11	MILHO, TIPO GRÃO, APLICAÇÃO ALIMENTO PARA ANIMAIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UMIDADE MÁXIMA DE 13,00% E SEM PRESENÇA DE INSETOS.SACO DE 50 KG.	SACO DE 50 KG	116	0	0	116	0
12	FARELO DE SOJA, MÍNIMO 45% DE PROTEÍNA BRUTA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MOÍDO E ENSACADO. SACARIA DE 1º USO (NOVA), UMIDADE MÁXIMA DE 12%. NO MOMENTO DA ENTREGA, O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR PRAZO DE VALIDADE SUPERIOR A 80% DO PRAZO TOTAL. SACO COM 50 KG.	SACO DE 50 KG	66	0	0	66	0
13	FERTILIZANTE NPK 08-28-16 + ZN, ASPECTO FÍSICO GRANULADO, TIPO	SACO	90	90	0	0	0

	MISTURA GRANULADA. SACO DE 50 KG. REGISTRO MAPA						
14	SEMENTE DE SORGO FORRAGEIRO, COM POTENCIAL DE REBROTA, ADAPTADO AS CONDIÇÕES DE CLIMA QUENTE E SECO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SEMENTES DE SAFRA RECENTE (COLHIDA NO ANO ANTERIOR OU NO ANO CORRENTE), GERMINAÇÃO MÍNIMA DE 80 %, PUREZA MÍNIMA DE 98 %. EMBALAGEM 10 KG.	EMBALAGEM	5	5	0	0	0
15	ADUBO QUÍMICO, ASPECTO FÍSICO HIDROSOLÚVEL FORMULADO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SULFATO DE CÁLCIO DIHIDRATADO (CASO4.2H2O), GESSO AGRÍCOLA - KG	KG	19000	1050	9000	0	8950
16	CASCA DE ARROZ TRITURADA OU MARAVALHA (SERRAGEM) DE PINUS OU EUCALIPTO, PADRONIZADA, NOVA, INODORA, GRANULOMETRIA VARIADA ENTRE 2 E 7 MM, UMIDADE EM TORNO DE 12%. LIVRE DE RESÍDUOS QUÍMICOS E CONTAMINANTES, TOTAL CONTROLE DE ECTOPARASITAS. ISENTA DE PÓ DE SERRAGEM, RESTOS DE MADEIRAS, TOCOS, FARPAS METÁLICAS OU QUALQUER OUTRO OBJETO. MATERIAL UTILIZADO COMO CAMA DE FRANGO. APRESENTAÇÃO: A GRANEL OU	UNIDADE	70	60	0	10	0

ENSACADA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: TONELADA.						
--	--	--	--	--	--	--

6.3. Para fins de planejamento e organização do recebimento dos bens empenhados, o Licitante deverá informar por mensagem eletrônica ou ofício a data e horário previsto de entrega, placa do veículo, nome e telefone do motorista responsável pela entrega.

6.4. Caso a empresa tenha alguma dificuldade de entrega no período de 15 dias corridos, o Licitante deverá encaminhar comunicado oficial, com no mínimo 24 horas antes do encerramento do prazo, justificando a impossibilidade, bem como apresentando os comprovantes que o impediram de atender o prazo de entrega e solicitar possível prorrogação para a entrega.

6.5. Caso a Contratante já tenha emitido a Nota de Empenho para a realização da entrega dos produtos e a empresa não tenha ainda realizado o pedido de revisão de preços ou dispensa de ata, este não incidirá sobre o(s) pedido(s) já formalizado(s) e empenhado(s).

6.6. O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido de revisão ou dispensa de ata.

6.7. Durante o período de análise do pedido de revisão ou dispensa de ata, a empresa licitante terá que efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados na Ata de Registro de Preços.

6.8. A empresa licitante vencedora obrigará-se a realizar as entregas pelos preços registrados, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

6.9. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

6.10. O procedimento de descarregamento e entrega é de total responsabilidade do fornecedor, inclusive na contratação de chapa, ajudante ou afins e, neste caso, assume os riscos de todas as ordens pertinentes à atividade incluindo as trabalhistas, e ainda a prestação de socorro em caso de necessidade.

6.11. Para o item GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, o fornecedor deverá conter autorização para o exercício da atividade de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP conforme RESOLUÇÃO ANP Nº 49, DE 30.11.2016- DOU 2.12.2016.

6.12. Conforme disposto no art. 13 do Decreto 6.296/07, que regulamenta a Lei 6.198/74, "Todo produto destinado à alimentação animal, produzido no País ou importado, para ser comercializado deve, obrigatoriamente, estar registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento".

6.13. Atendendo ao disposto no Art. 3º, Incisos I, II, III e IV da Instrução Normativa MAPA nº 42 de 16/12/2010, ficam dispensados da comprovação de Registro no MAPA, os produtos destinados à alimentação animal, que se enquadrem nas hipóteses do artigo supracitado.

6.14. Para os itens PINTINHOS HÍBRIDOS, DE UM DIA e PINTAINHAS DE POSTURA COMERCIAL, em atendimento à Instrução Normativa Nº 56/2007 do MAPA, somente será admitida a oferta de animais provenientes de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

6.14.1. Para os PINTINHOS HÍBRIDOS, DE UM DIA, o percentual de rejeição máximo aceitável (refugos) será de 2%. A empresa de onde os animais serão originados deverá apresentar o status sanitário negativo certificado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) dos agentes patológicos contemplados (exemplo: Salmonella pullorum, Salmonella gallinarum, Salmonella enteritidis, Salmonella typhimurium, Mycoplasma synoviae, Mycoplasma gallisepticum e Mycoplasma meleagridis). Os animais deverão ter recebido a(s) vacina(s) obrigatórias no incubatório. Transporte em veículo específico para a atividade tipo caminhão baú climatizado e refrigerado com controle automático de temperatura com os animais em caixas padronizadas próprias na lotação recomendada de acordo com as normas de bem-estar animal. Deverão ser acompanhados da Guia de Trânsito Animal (GTA). Os animais devem ser entregues no prazo máximo de 24 horas após a eclosão, preferencialmente no início da manhã, dentro do horário de expediente da instituição de segunda a sexta-feira de 07h00 às 11h00 e de 13h00 às 16h00.

6.14.2. Para as PINTAINHAS DE POSTURA COMERCIAL, não serão aceitos refugos. A empresa de onde os animais serão originados deverá apresentar o status sanitário negativo certificado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) dos agentes patológicos contemplados (exemplo: Salmonella pullorum, Salmonella gallinarum, Salmonella

enteritidis, Salmonella typhimurium, Mycoplasma synoviae, Mycoplasma gallisepticum e Mycoplasma meleagridis). Os animais deverão ter recebido a(as) vacina(s) obrigatórias no incubatório. Transporte em veículo específico para a atividade tipo caminhão baú climatizado e refrigerado com controle automático de temperatura com os animais em caixas padronizadas próprias na lotação recomendada de acordo com as normas de bem-estar animal. Deverão ser acompanhados da Guia de Trânsito Animal (GTA). Os animais devem ser entregues preferencialmente no início da manhã, dentro do horário de expediente da instituição de segunda a sexta-feira de 07h00 às 11h00 e de 13h00 às 16h00.

6.15. Todas as vacinas deverão ser entregues em condições adequadas de conservação de acordo com as determinações técnicas do fabricante.

6.15.1. O item VACINA BIVALENTE, INATIVADA, CONTENDO OS VÍRUS O1 CAMPOS E A24 CRUZEIRO DA FEBRE AFTOSA, SEM SAPONINA EM SUA FÓRMULA, DOSE 2ML PARA BOVINOS E BUBALINOS deverá estar em acordo com as diretrizes gerais do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA). A entrega da vacina deverá ocorrer até 1 dia antes do início da campanha de vacinação do Estado de Minas Gerais. As vacinas deverão ser entregues em condições adequadas de conservação de acordo com as determinações técnicas do fabricante. O fornecedor deverá atender aos requisitos estabelecidos na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 48, DE 14 DE JULHO DE 2020.

6.15.2. Todas as vacinas destinadas à avicultura deverão atender os requisitos técnicos da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 10 DE MARÇO DE 2006.

6.16. Para fins de emissão de documentação, os números de inscrição de produtor rural e de propriedade são respectivamente 191485 e 31209040989.

6.17. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e pelo que segue:

6.17.1. O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete;

6.17.2. Os materiais devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

6.17.3. Os materiais não devem apresentar avarias ou adulterações;

6.17.4. Os materiais devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade;

6.17.5. Os materiais devem estar identificados quanto ao número da licitação, nome da Empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

6.18. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.19. Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos.

6.20. Se o licitante realizar a substituição necessária dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente e, após constatar-se a conformidade, em definitivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.21. Caso se verifique que mesmo depois de concedido prazo para a troca, não foi realizada a substituição, será cabível a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

6.22. Havendo algum fator que comprometa a qualidade do produto, como transporte inadequado, mercadoria molhada ou umedecida em excesso por água de chuva, a entrega do bem será recusada.

6.23. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou outro instrumento legal.

6.23.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo

6.24. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. **comunicar à Contratante por meio de mensagem eletrônica ou ofício a data e horário previsto de entrega, placa do veículo, nome e telefone do motorista responsável pela entrega.**
- 8.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. **A ata de registro de preços, durante a sua validade, poderá ser usada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8666, de 1993 e no Decreto nº 7892, de 2013.**
- 9.2. **A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o fardo de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**
- 9.3. **Quanto ao subitem anterior, ele só será exigível após a edição do ato normativo do Secretário de Gestão, devendo a Administração verificar se já houve a publicação de tal ato.**
- 9.4. **Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.**
- 9.5. **As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, ao máximo de cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.**

9.6. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

9.7. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11488 de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00(oitenta mil reais)(Acordão TCU nº 2957/2011 - P).

9.8. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

9.9. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observando o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

9.10. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcionalmente e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 trinta dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6 / 100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-----------------------------	--

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2. **O licitante poderá solicitar a dispensa formal da ata, mediante comprovação de que os preços estão abaixo do praticado no mercado.**

14.3. **A dispensa não incide sobre Notas de Empenho emitidas antes do pedido formal do licitante.**

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei no 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.1.6. **Não manter a proposta;**

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. **multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor da parcela inadimplida, por dia de atraso de sua execução, até o limite de 20 dias.**

15.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

15.2.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei no 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei no 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei no 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 145.965,89.

16.2. **Os preços referenciais desta contratação serão apurados a partir da realização de pesquisas de preços, realizadas pelos requisitantes, com base na utilização dos parâmetros dispostos na IN 73/2020 ME/SEDGGD/SG.**

Diamantina, 20 de maio de 2021.

Glenda Roberta Silva Moura.

Presidente da Comissão de Logística da Divisão de Fazendas e Produção Agropecuária
PORTARIA/PROAD Nº 282, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020

APÊNDICE**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – IN 40/2020****INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Número do processo: 23086.001000/2021-62

O presente pregão trata-se de repetição dos itens não adquiridos do pregão SRP 01/2021. Conforme termo de homologação do pregão SRP 01/2021(0346914), de forma resumida, os itens água mineral, gás liquefeito de petróleo, vacinas, animais vivos, farelo de trigo, milho grão, farelo de soja, NPK(8,28,16), gesso agrícola e casca de arroz triturada não foram adquiridos ou por inexistência de proposta ou por insucesso na negociação via chat. Sendo assim, a fim de suprir a demanda de insumos agropecuários das fazendas experimentais da UFVJM, realizou-se a atualização da pesquisa de preços para a repetição do pregão.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

De forma geral, a aquisição de água mineral, gás liquefeito de petróleo, animais vivos e insumos agrícolas é fundamental para a manutenção das atividades agropecuárias da Divisão de Fazendas, desenvolvidas na Fazenda Experimental do Moura, em Curvelo(MG), na Fazenda Experimental Rio Manso, em Couto de Magalhães de Minas(MG), na Fazenda Experimental JK, em Diamantina, também na Fazenda Experimental Santa Paula no Campus Unai, bem como para as atividades desenvolvidas pela Assessoria de Meio Ambiente do Campus JK.

As Fazendas Experimentais são utilizadas para a condução de aulas práticas e atividades de pesquisa e ações de extensão das Ciências Agrárias e demais cursos de graduação da Universidade. Atualmente, são desenvolvidas, na Fazenda Experimental JK, atividades de bovinocultura de leite, suinocultura, coturnicultura, avicultura de corte, avicultura de postura, apicultura, aquicultura, cultivo de forragens, olericultura e condução de culturas demonstrativas para aulas práticas. Na Fazenda Experimental do Moura, são desenvolvidas atividades de ovinocultura, cultivo de pastagens e plantio de milho e sorgo para atender parcialmente as demandas de alimentação animal internas com a produção de silagem e/ou milho grão. Na Fazenda Experimental Rio Manso, são desenvolvidas atividades de multiplicação de sementes de milho, feijão e adubos verdes, condução de horta agroecológica demonstrativa, arboreto florestal, atividades da área de fruticultura e cultivo de milho e sorgo para atender parcialmente a demanda de produção de silagem para alimentação animal do Campus JK. Na Fazenda Experimental Santa Paula, são desenvolvidas atividades de bovinocultura, ovinocultura, cultivo de pastagens e plantio de milho e sorgo para atender parcialmente as demandas de alimentação animal internas com a produção de silagem e/ou milho grão.

De forma específica, a aquisição de água mineral é essencial para o fornecimento de água potável para consumo humano na Fazenda Experimental do Moura em Curvelo/MG, que não dispõe de abastecimento de água tratada. A água que abastece a FEM (Fazenda Experimental do Moura), não recebe nenhum tipo de tratamento, tornando-se, dessa forma, imprópria para o consumo humano, visto que conforme Laudo de Análise realizado pela Copasa(SEI!0270822) apresenta coliformes fecais, não estando, portanto, em conformidade com a Portaria Nº2.914 de 12/12/11 - Ministério da Saúde (SEI!0270824). A Fazenda Experimental do Moura está localizada na Zona Rural de Curvelo/MG, local este que, ainda não é atendido por nenhuma empresa especializada no fornecimento de água tratada (COPASA, COPANOR, SAAE, etc.). Dessa forma, a presente aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento e acesso contínuo à água mineral apropriada para consumo de todo o quadro de colaboradores da Fazenda Experimental do Moura como alunos, docentes, técnicos-administrativos, trabalhadores terceirizados, colaboradores cedidos via CONAB, e outros.

A aquisição do Gás GLP justifica-se pela necessidade de atender a demanda de abastecimento das instalações da FEM (Cozinhas em Geral e Setores Produtivos). Na Fazenda Experimental do Moura, esse tipo de gás é utilizado em diversos setores para aquecimento de água, desinfecção de baias, currais e esterilização de materiais, entre outras atividades (Setor de Ovinocultura e Alojamentos), sendo essencial o seu fornecimento para não haver interrupção de atividades, principalmente no que diz respeito aos setores produtivos, bem como para o abastecimento das instalações do alojamento e outros que atendem aos alunos, servidores e demais colaboradores da fazenda.

A aquisição de animais vivos se faz necessária para suprir a demanda e a reposição do plantel no setor de Zootecnia da UFVJM/Campus JK, para atender a realização de aulas práticas, pesquisas, ações de extensão voltadas para a

comunidade externa e a realização de estágios pelos alunos. Os itens Pintos de corte e Pintainhas de postura serão utilizados para aulas práticas, experimentos, ações de extensão e estágios da seção de avicultura do Departamento de Zootecnia/Campus JK.

A aquisição de insumos se faz necessária para suprir a demanda de alimentos dos animais da UFVJM na Fazenda Experimental JK e Fazenda Experimental do Moura, os quais se destinam a atender a realização de atividades de ensino, pesquisa e ações de extensão dos cursos de Ciências Agrárias e demais cursos de graduação da Universidade.

A aquisição de vacinas é necessária porque objetiva manter a sanidade e correta condução dos animais dos rebanhos da seção de Zootecnia.

A aquisição de insumos agrícolas se faz necessária porque objetiva manter as atividades de cunho pedagógico e o andamento das aulas práticas e pesquisas em curso, bem como os plantios da UFVJM na Fazenda Experimental JK, Fazenda Experimental do Moura, Fazenda Experimental Rio Manso e Fazenda Experimental Santa Paula.

ÁREA REQUISITANTE

Divisão de Fazendas - Glenda Roberta Silva Moura

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, bem como deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado.

Para os itens água mineral e gás GLP:

O prazo de entrega dos bens é de até 02 dias corridos a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, no seguinte endereço: Rodovia MG 754 - Rodovia dos Cristais, km 07, S/N, Sentido Cordisburgo. CEP: 35790-000, das 8h:00 às 11h30 e das 13h:00 às 16h30 horas, em dias úteis.

Para os demais itens:

O prazo de entrega dos bens é de até 15 dias corridos para produtos nacionais e no máximo 60 dias corridos para produtos importados, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, nos seguintes endereços e condições:

Os itens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- Diamantina/MG: Divisão de Fazendas/UFVJM, Campus JK na cidade de Diamantina(MG), situada na Rodovia MGT 367 KM 583 nº 5000 Alto da Jacuba
- Unaí/MG: Fazenda Experimental Santa Paula/UFVJM, Campus Unaí na cidade de Unaí(MG), situada na Avenida Universitária, nº 1.000, Universitários CEP 38610-000
- Curvelo/MG: Fazenda Experimental do Moura/UFVJM, na cidade de Curvelo(MG) situada na Rodovia LMG 754 - Rodovia dos Cristais s/n, km 07, Zona Rural - Sentido Cordisburgo, acesso em frente ao Clube da Prefeitura, CEP: 35790-000
- Couto de Magalhães de Minas/MG: Fazenda Experimental Rio Manso/UFVJM na cidade de Couto de Magalhães de Minas(MG), situada na Rodovia MGT 367, s/n – Acesso da Escola Estadual “Jerônimo Pontello”, Estrada Vicinal sentido Comunidade de Abóboras - km 01 CEP: 39188-000

O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

A descarga e o manuseio dos materiais para entrega utiliza procedimentos manuais de total responsabilidade da parte do fornecedor, como por exemplo, a contratação de chapa ou ajudante, os riscos de todas as ordens pertinentes à atividade incluindo as trabalhistas, e ainda a prestação de socorro em caso de necessidade.

Conforme disposto no art. 13 do Decreto 6.296/07, que regulamenta a Lei 6.198/74, “Todo produto destinado à alimentação animal, produzido no País ou importado, para ser comercializado deve, obrigatoriamente, estar registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”.

Atendendo ao disposto no Art. 3º, Incisos I, II, III e IV da Instrução Normativa MAPA nº 42 de 16/12/2010, ficam dispensados da comprovação de Registro no MAPA, os produtos destinados à alimentação animal, que se enquadrem nas hipóteses do artigo supracitado.

Para os itens PINTINHOS HÍBRIDOS e PINTAINHA PARA POSTURA, em atendimento à Instrução Normativa Nº 56/2007 do MAPA, somente será admitida a oferta de animais provenientes de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais registrados no Ministério da Agricultura. A empresa de onde os animais serão originados deverá apresentar o status sanitário negativo certificado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) dos agentes patológicos contemplados (exemplo: Salmonella pullorum, Salmonella gallinarum, Salmonella enteritidis, Salmonella typhimurium, Mycoplasma synoviae, Mycoplasma gallisepticum e Mycoplasma meleagridis). Os animais deverão ter recebido a(as) vacina(s) obrigatórias no incubatório. Transporte em veículo específico para a atividade tipo caminhão baú climatizado e refrigerado com controle automático de temperatura com os animais em caixas padronizadas próprias na lotação recomendada de acordo com as normas de bem-estar animal. Deverão ser acompanhados da Guia de Trânsito Animal (GTA) com horário de eclosão e a procedência da GTA deverá ser a mesma do incubatório. O percentual de rejeição máximo aceitável (refugos) dos PINTINHOS HÍBRIDOS, DE UM DIA, será de 2%. Para as PINTAINHAS DE POSTURA COMERCIAL, não serão aceitos refugos.

Os animais devem ser entregues no prazo máximo de 24 horas após a eclosão, preferencialmente no início da manhã, dentro do horário de expediente da instituição de segunda a sexta-feira de 07h00 às 11h00 e de 13h00 às 16h00.

Para fins de emissão de documentação, os números de inscrição de produtor rural e de propriedade são respectivamente 191485 e 31209040989.

Conforme disposto no art. 13 do Decreto 6.296/07, que regulamenta a Lei 6.198/74, “Todo produto destinado à alimentação animal, produzido no País ou importado, para ser comercializado deve, obrigatoriamente, estar registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”.

Atendendo ao disposto no Art. 3º, Incisos I, II, III e IV da Instrução Normativa MAPA nº 42 de 16/12/2010, ficam dispensados da comprovação de Registro no MAPA, os produtos destinados à alimentação animal, que se enquadrem nas hipóteses do artigo supracitado.

Todas as vacinas deverão ser entregues em condições adequadas de conservação de acordo com as determinações técnicas do fabricante.

O item VACINA BIVALENTE, INATIVADA, CONTENDO OS VÍRUS O1 CAMPOS E A24 CRUZEIRO DA FEBRE AFTOSA, SEM SAPONINA EM SUA FÓRMULA, DOSE 2ML PARA BOVINOS E BUBALINOS deverá estar em acordo com as diretrizes gerais do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA).

A entrega da vacina deverá ocorrer até 1 dia antes do início da campanha de vacinação do Estado de Minas Gerais. As vacinas deverão ser entregues em condições adequadas de conservação de acordo com as determinações técnicas do fabricante. O fornecedor deverá atender aos requisitos estabelecidos na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 48, DE 14 DE JULHO DE 2020.

Todas as vacinas destinadas à avicultura deverão atender os requisitos técnicos da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 10 DE MARÇO DE 2006.

Todos os agrotóxicos e afins devem atender à LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989 e DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e pelo que segue:

O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete;

Os materiais devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

Os materiais não devem apresentar avarias ou adulterações;

Os materiais devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade;

Os materiais devem estar identificados quanto ao número da licitação, nome da Empresa, número do item a que se refere e outras informações de acordo com a legislação pertinente;

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Havendo algum fator que comprometa a qualidade do produto, como transporte inadequado, mercadoria molhada ou umedecida em excesso por água de chuva, a entrega do bem será recusada.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou outro instrumento legal.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

Para este tipo de aquisição existe um grande número de fornecedores disponíveis no mercado.

As possibilidades para aquisição dos materiais de consumo são: pregão eletrônico em sua forma tradicional, pregão eletrônico por sistema de registro de preços, dispensa, inexigibilidade e adesão.

- Dispensa foi descartada uma vez que os itens que se pretende adquirir não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no art. 24 da Lei nº 8666/93.
- É inexigível a licitação quando há inviabilidade de competição, conforme art. 25 da Lei nº 8666/93, sendo assim essa opção foi desconsiderada.
- Considerando a quantidade de itens que se pretende adquirir a adesão foi descartada, não teríamos tempo hábil e não seria econômico para a administração.

A escolha adequada para realizar a contratação dos itens de consumo foi o Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços uma vez que os bens a serem adquiridos enquadram nas hipóteses previstas no Art. 3º e seus incisos, do decreto nº 7.892/13.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios

básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, a aquisição de materiais de consumo para utilização nas atividades da instituição deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

Devido às características da contratação e por se tratar de material de consumo, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

No que se refere à água mineral, a quantidade solicitada foi calculada com base no consumo médio desse material na Fazenda Experimental do Moura/Curvelo. O consumo de água previsto para o ano de 2021 na Fazenda Experimental do Moura é de aproximadamente 25 galões de 20 litros/mês (300 galões/ano). Conforme o relatório do Pregão SRP N°48/2017 (SEI!0270837), dos 500 galões de 20 litros licitados, foram empenhados e entregues 437 galões, no intervalo de 12 meses, já o Pregão SRP N° 07/2020 (SEI!0270840), que atendeu a Fazenda no ano da Pandemia em que não houve visita de alunos e professores e que os funcionários estavam em trabalho remoto parcial, dos 500 galões de 20 litros licitados, foram empenhados 500 galões, porém foram entregues apenas 120 galões no período de 6 meses, visto que devido às restrições impostas pela pandemia a demanda foi reduzida.

Quanto ao gás GLP, a quantidade solicitada foi calculada com base no consumo médio desse material na Fazenda Experimental do Moura(FEM)/Curvelo, adequando a quantidade histórica à realidade atual da Fazenda. O consumo de Gás previsto para a Fazenda Experimental do Moura é de 2 botijões de 13 kg/mês (24 botijões/ano) para atender a demanda dos alojamentos, cozinhas em geral e higienização do setor de ovinocultura da FEM para o ano de 2021. Como o setor de Bovinocultura de Leite da FEM foi encerrado, não haverá gastos de gás GLP para limpeza de ordenhadeira. Conforme o relatório do Pregão SRP N°48/2017 (SEI!0270845), dos 60 botijões de 13kg licitados, foram empenhados e entregues 38 botijões, no intervalo de 12 meses, já o Pregão SRP N° 07/2020 (SEI!0270848), dos 40 botijões de 13kg licitados, foram empenhados 16 unidades e entregues apenas 2 unidades, no intervalo de 6 meses, visto que devido às restrições impostas pela pandemia a demanda foi reduzida, não havendo gastos com gás para cozinhas e alojamentos.

Para a determinação da quantidade de insumos, foi realizado um estudo de evolução do rebanho. Partindo do número de animais necessários para aulas, a partir deste dado foi determinada a quantidade de alimentação animal, medicamentos veterinários e a área necessária de plantio para atender a demanda dos setores.

Para os itens PINTINHOS HÍBRIDOS, DE UM DIA e PINTAINHAS DE POSTURA COMERCIAL a determinação da quantidade considerou o número mínimo necessário para reposição do plantel do setor de avicultura, para que o setor tenha animais suficientes para que todos os alunos de graduação e pós-graduação possam realizar aulas práticas, pesquisas e estágios no setor de Avicultura da Fazenda Experimental JK.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Como método para estimar os valores para a referida contratação, a Administração realizará pesquisa de preços obedecendo às disposições da INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme transcrito abaixo:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/panneldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de

antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Para todos os itens foi realizada a pesquisa inicialmente no Pannel de Preços e Portal de Compras Governamentais, apenas quando não houve sucesso na pesquisa feita nos referidos sites, foi feita pesquisa com fornecedores. Em todos os itens, optou-se como metodologia para estimar o preço de referência a média dos 03 (três) orçamentos, conforme prevê art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

No processo licitatório, a adjudicação se dará por item, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e da Súmula/TCU 247, a saber:

Art. 23: [...]

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. [...]

Súmula nº 247 TCU - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Dessa forma, será realizada licitação para aquisição dos materiais referidos acima mencionados dividida pelo tipo de material, em conformidade com o § 5º do art. 7º da Lei 8.666/93. No entanto, a adjudicação se dará por itens, não havendo ofensa à Súmula 247 do TCU.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica a esta contratação.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2017-2021), disponível em: http://media.ufvjm.edu.br/content/uploads/sites/105/2017/07/PDI_2017_2021-2.pdf, o qual prevê no item 9 e subitem 9.2:

9. Promover ações de valorização e melhoria do trabalho docente nos cursos de graduação;

9.2 Engendrar esforços para a diversificação e melhoria de recursos tecnológicos e infraestrutura para a atuação pedagógica docente;

Observando as diretrizes da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, os itens e quantidades que se pretende adquirir foram previstos no PAC/2021, de acordo com o disposto no seu art. 5º, alínea I a IX.

Os números correspondentes aos itens previstos no PAC constarão no Termo de referência.

RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente aquisição visa suprir a demanda de animais vivos e a reposição do plantel no setor de Zootecnia da UFVJM/Campus JK para atender a realização de aulas práticas, pesquisas e realização de estágios pelos alunos. O item Pintos de corte e item Pintainhas de postura serão utilizados para aulas práticas, experimentos e estágios da seção de avicultura do Departamento de Zootecnia/Campus JK. A presente aquisição de rações e insumos visa suprir a demanda de alimentos dos animais da UFVJM Campus JK, Fazenda experimental do Moura e Fazenda Santa Paula, os quais se destinam a atender a realização de atividades de ensino e pesquisa da Faculdade de Ciências Agrárias(FCA) e do Instituto de Ciências Agrárias(ICA). A presente aquisição de vacinas, objetiva manter a sanidade dos animais das Fazendas Experimentais da UFVJM. Os insumos agrícolas têm por objetivo manter as atividades de cunho pedagógico e andamento das aulas práticas e pesquisas em andamento, bem como a produção de alimentação animal dos rebanhos da seção de Zootecnia.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Não se aplica capacitação dos servidores e adequação do ambiente.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não haverá impactos ambientais para os itens de consumo que se pretende adquirir. Os resíduos destes itens serão acondicionados em recipiente e local adequados e posteriormente recolhidos pela empresa contratada pela UFVJM que faz o descarte correto destes resíduos sob a gestão da Assessoria de Meio Ambiente. Geralmente as coletas ocorrem quinzenalmente, e/ou programada, de acordo com a demanda.

Os resíduos orgânicos gerados na criação animal, como restos de alimentos, cama de frango, carcaças de animais e outros serão destinados à compostagem e posteriormente destinados à adubação de áreas da UFVJM.

Em relação aos defensivos agrícolas, estes serão utilizados segundo recomendação do fabricante e com acompanhamento de um servidor da área técnica pertencente ao quadro de pessoal da UFVJM. Já as embalagens vazias dos defensivos agrícolas serão entregues na unidade de recolhimento e processamento do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias(InPEV) de Montes Claros seguindo a LEI No 9.974, DE 6 DE JUNHO DE 2000 e a LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, DECLARO que:

(X) É VIÁVEL a presente contratação.

() NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

Justificativa da viabilidade

Em razão do estudo realizado, esta contratação demonstra-se viável e imprescindível ao atendimento das demandas do órgão.

Diamantina, 19 de maio de 2021.

RESPONSÁVEL

Glenda Roberta Silva Moura - Técnico de Laboratório SIAPE 3009197



Documento assinado eletronicamente por **Glenda Roberta Silva Moura, Servidor**, em 20/05/2021, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0358572** e o código CRC **9B92C0BE**.